



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1360

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento
Departamento de História – UEM

RESUMO: Esta comunicação é fruto de um diálogo com as obras de alguns pensadores que, a nosso ver, levantaram questões indispensáveis para se entender o significado e a importância da política para a vida em sociedade. Nessa direção, apesar do profundo descrédito em que se encontra a atividade política em nossos dias o trabalho defende a ideia de que ela é fundamental para a sociedade, tanto no plano coletivo quanto individual. Pensamos que não é nenhum exagero afirmar que sem essa dimensão da vida coletiva ainda viveríamos em um estado natural sob a violência e a lei dos mais fortes. Logo, compartilhamos da ideia de que não é possível existir vida social organizada e civilizada sem a política. Assim, mesmo correndo o risco de estar idealizando muito a arte de governar, esse princípio serve para nos lembrar que as decisões em política sempre devem se basear no diálogo e na persuasão e não no uso da força e da violência. Outrossim, em termos de procedimento metodológico, para encaminhar essa discussão, o trabalho se inspira na Nova História Política e nas reflexões de alguns autores das áreas da Ciência Política, da Sociologia e da Filosofia que abordam a importância e o significado da política. Trata-se, portanto, de uma análise textual da bibliografia escolhida para abordar o tema.

Palavras-chave. Política; diálogo; civilização;

Introdução. Na atualidade não precisamos de muito esforço para perceber que a política não é mais considerada uma espécie de segunda natureza humana, como era para os gregos antigos.¹ Em nossos dias ela é considerada uma das mais

¹ Para o pensamento grego antigo, o surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, seu *bios políticos*, passando a pertencer a duas ordens de existência (ARENDDT, 1997, p. 33-34).

desacreditadas atividades praticadas pelos homens, se não a mais desacreditada. Em face disso gostaríamos de afirmar que é justamente a desilusão e o desinteresse da maioria das pessoas em relação à política que torna oportuno lembrar que ela é fundamental para a vida em sociedade tanto no plano coletivo quanto individual. Como o homem não vive só e depende de outros em sua existência, “precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio”. A tarefa e objetivo da política, portanto, é a garantia da vida no sentido mais amplo. Tal objetivo só pode ser assegurado por um Estado “que possui o monopólio do poder e impede a guerra de todos contra todos” (ARENDET, 1999, p.45-46). Se nos permitem a pobreza da metáfora, talvez não seja exagero dizer que a política é tão vital para a vida coletiva quanto é o sangue para o corpo de um ser humano. Não é por acaso que desde o seu surgimento na Antiguidade que ela vem sendo objeto de estudo, por inúmeros pensadores, nos seus mais variados aspectos. No tocante à área da História, por exemplo, basta lembrar que do surgimento da disciplina na Antiguidade ao início do século XX, a política sempre figurou como o principal objeto de estudo da maioria dos historiadores. Aliás, um dos praticantes do nosso ofício chegou a se indagar se haveria uma inteligibilidade da história fora da referência ao universo político (JULLIARD, 1988, p. 184).²

Embora acreditemos que existe inteligibilidade da história em outras dimensões da vida coletiva, devemos enfatizar que as discussões realizadas nesta comunicação se inspiram nas contribuições teóricas e metodológicas da Nova História Política, cuja o maior mérito, a nosso ver, é o de fazer uma abordagem social e cultural da arte de governar. Nunca é demais lembrar que a história política tradicional, mais preocupada em narrar os fatos sem problematizá-los, quase sempre colocava em um pedestal os feitos dos grandes homens, como se eles fossem os únicos responsáveis pelo desenrolar dos acontecimentos. Em contrapartida, a Nova História Política tem como objeto a sociedade global e, com isso, pretende integrar todos os atores do jogo político – mesmo os mais modestos (RÉMOND, 1996a, p. 33). Naturalmente não ignoramos o fato de que quando se

² Mesmo quando estava desacreditada pelo prestígio da História Econômica e Social praticada pela Escola dos Annales após a década de 1930, a História Política não desapareceu; sobre várias formas ela continuou a representar, quantitativamente, uma fração importante, se não predominante, dos estudos consagrados ao passado (JULLIARD, 1988, p. 181). Podemos acrescentar que essa observação é válida, inclusive, para os trabalhos produzidos em língua portuguesa.

trabalha um tema como esse não podemos esquecer as contribuições que outras áreas do conhecimento, tais como a filosofia, a Ciência Política, a Sociologia, a Antropologia, a área da Comunicação, entres outras, trouxeram para a sua compreensão. Não cabe, todavia, no pequeno espaço desta introdução, e nem é a nossa intenção, fazer uma longa exposição sobre as abordagens realizadas pelas obras destas áreas do conhecimento a respeito da política. Até porque, outros já fizeram esse trabalho com muita propriedade. Para os nossos propósitos, apenas a título de lembramos a importância da política e os seus significados mais correntes, vamos apontar as linhas gerais das reflexões que alguns estudiosos fizeram sobre a definição da arte de governar a polis.

Justificativa. Pensamos que com exceção das civilizações grega e romana da Antiguidade e alguns outros momentos da História Moderna e Contemporânea, a política nunca foi a atividade mais amada pelos homens. Mas nas últimas décadas, e particularmente nos dias que correm, ela praticamente perdeu toda a sua credibilidade. Inclusive é muito comum ouvir falar em decadência da vida pública.³ Como se sabe, nos dias atuais os partidos e os políticos profissionais escolhidos para representar o povo raramente cumprem essa obrigação e, com muita frequência, ainda se envolvem em escândalos de corrupção. Como bem argumentou Pierre Bourdieu (1989, p. 177-178), os representantes só defendem os interesses dos seus representados, o povo, se ao fazerem isso também defenderem os seus próprios interesses dentro do campo político. Da mesma forma, pode ser dito que a profissionalização da atividade política com o seu conjunto de formalidades, rituais, regras e conceitos a transformou em uma atividade tão complexa que somente os políticos profissionais e militantes dominam o conhecimento necessário para compreender e participar dela. Em outras palavras, a cultura esotérica do campo político⁴ é composta de problemas estranhos ou inacessível ao cidadão comum; seus discursos e conceitos não tem referência na experiência da maioria das pessoas. Tais subtilizas, que passam despercebidas aos olhos dos não-

³ Para uma discussão mais aprofundada dessa questão, ver SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre, Ed., Sulina. 1997.

⁴ O campo político é o campo de forças e campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em determinado momento (BOURDIEU, 1989, p. 163-164).

iniciados, nada mais são do que as relações de conflitos e concorrências entre as diferentes organizações do campo político (BOURDIEU, 1989, p. 178-179). Esse fato está na origem do apolitismo,⁵ ou distanciamento do povo em relação à política.

Vistas as coisas por esse ângulo, defender a importância da política até pode parecer nadar contra a corrente, mas, a nosso ver, é justamente em um cenário como esse que devemos reafirmar a importância da verdadeira política para a vida em sociedade. Desse modo, o trabalho se justifica pelo fato de que defender a política com P maiúsculo é defender uma vida civilizada contra a volta a uma nova espécie de estado natural em que impera a violência e a lei dos mais fortes. Esse objetivo se torna mais relevante ainda quando se sabe que, nos dias de hoje, começaram a aparecer vários indícios de comportamentos pré-político e truculentos, particularmente no Brasil. Assim, lutar pela existência de uma dimensão da vida coletiva que zela pelos interesses de todos na sociedade, de forma civilizada, ainda é a melhor maneira de nos protegermos contra a violência e todos os tipos de horrores do passado e do presente.

Objetivos gerais. Em termos de objetivos gerais o trabalho defende que, no tocante à vida coletiva, a verdadeira política pode fazer a diferença entre uma sociedade civilizada e sociedades que se baseiam apenas no uso da força e da violência.

Objetivos específicos. Em termos de objetivos específicos, destacamos a defesa da importância da política para a vida em sociedade. Para tanto, também procuramos abordar os significados mais correntes da política entre alguns dos grandes pensadores que estudaram o tema.

Resultados. A política nasceu entre os gregos antigos, e a partir da experiência de viverem em uma cidade, chamada justamente de polis, iniciaram uma reflexão para definir a sua natureza. Para eles, como lembra Hannah Arendt (1997, p. 35-36), “o ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não através de força ou violência.” É por essa razão que Aristóteles, prossegue a autora, define o homem não somente como um ser político mas

⁵ O apolitismo, que assume por vezes a forma de um antiparlamentarismo, é fundamentalmente uma contestação do monopólio dos políticos que representa o equivalente político daquilo que foi, em outros tempos, a revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos (BOURDIEU, 1989, p. 169).

também como um ser vivo dotado de fala. Nessa linha de raciocínio, todos os que viviam fora da *polis* – escravos, bárbaros – eram destituídos “de um modo de vida no qual o discurso e somente o discurso tinha sentido e no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros” (ARENDET, 1997, p. 36). Assim, a política, para aquela civilização, estava centrada em torno da liberdade, entendida “positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (ARENDET, 1999, p.48-49).

Deve ser observado, entretanto, que já não existe mais unanimidade em torno do legado do pensamento político grego antigo que via a política como a defesa do bem comum. Jacques Rancière, um dos representantes da nova filosofia política francesa, pensa essa atividade justamente a partir do desentendimento, que, a seu ver, é a chave para compreendermos a luta pela palavra e pela razão, crucial em política. Na sua perspectiva, a política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem parcela, de uma parte que não é parte, o povo, que passa a exigir a sua liberdade e os seus direitos. Ao invés, portanto, da harmonia e entendimento entre os homens pelo bem comum, a política é um conflito no qual o povo, que não tem título algum para fundar as suas pretensões ao poder, manifesta o escândalo de querer falar e dizer, ou participar nas decisões da vida pública. Assim, o litígio em torno da contagem dos pobres como povo e do povo como comunidade, é o litígio em torno da existência da política. Desse modo, “a política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo.” Acrescente-se que, na opinião do autor, o litígio que faz a política existir não se refere apenas à medida dos interesses e dos títulos das partes, mas à existência das partes como partes, de uma relação que as institui como tais (RANCIÈRE, 1996, p. 21-66). Dito de outra forma, para a classe dominante o povo não é nada, não é nem mesmo reconhecido como um interlocutor sobre os assuntos da política.

Em uma outra perspectiva na abordagem do tema, Max Weber (1963, p. 98) afirma que a política significa “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”. O pensador alemão também lembrava que tanto é possível viver para a política como viver da política. Ou seja, o poder tanto pode ser utilizado para o bem comum como

pode ser utilizado para defender os interesses pessoais. Se consideramos o que a maioria dos partidos e políticos vem fazendo na atualidade, não há como negar que utilizam o poder mais em benefício próprio do que na defesa do interesse público. A propósito, esse tipo de comportamento de grande parte dos homens públicos conta com uma análise instigante na importante radiografia que Pierre Bourdieu fez sobre o campo político. Como vimos, na opinião do autor, os políticos servem os interesses dos seus clientes, ou seja a população, na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los (BOURDIEU, 1989, p. 177-178). Logo, é a lógica de organização e funcionamento do campo político que determina a tomada de posição por parte dos políticos. Em outras palavras, eles só atendem à demanda dos eleitores na medida em que isso signifique satisfazerem os seus próprios interesses dentro do campo político. De qualquer forma, a profunda radiografia que Bourdieu faz do campo político fala da política como ela tem sido praticada, mas não como deveria ser.

Entre os historiadores o significado da política também já conta com importantes reflexões. René Rémond (1996b, p. 444), em uma definição muito próxima à de Weber, argumenta que a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício e a prática do poder. Os partidos são políticos porque objetivam chegar ao poder. Para o autor, não se trata de qualquer poder: “Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas”. Na experiência do Ocidente ela se confunde com a nação que tem como instrumento e símbolo o Estado. Apesar de criticar a diluição abusiva da noção de poder após 1968, quando ele era visto no ensino, na família e nas relações interpessoais, o autor concorda que o político não se reduz ao Estado e à sociedade global, ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o seu campo. Quase todos os setores de atividades, em algum momento da história teve uma relação com o político: Política para a habitação, política para a energia, política sindical, política para a comunicação - “a televisão é um investimento político”. Em torno de um núcleo que grosseiramente corresponde às funções do Estado tradicional, o campo da história política se erradia em todas as direções (RÉMOND, 1996b, p. 443-445).

Nessa linha de análise o político não pode ser pensado como um domínio isolado, ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. “A história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação” (RÉMOND, 1996b, p. 443-445). Aqui pode ser observado que esse aspecto da definição do político feita por Rémond vai ao encontro da definição elaborada por Pierre Rosanvallon (1985, p. 11-12) quando argumenta que o político não é “uma instância ou um domínio entre outros da realidade: é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”. Em outras palavras, é na esfera pública que as experiências coletivas se dão a ver com mais clareza. Assim, a concordarmos com os autores, mais do que uma dimensão relativamente autônoma da realidade a política é um lugar privilegiado para se analisar muitos aspectos da vida em sociedade.

Já está claro, portanto, que na perspectiva de Weber e René Rémond a definição de política está relacionada com a ideia de poder ligado ao Estado. Vale ressaltar, todavia, que existe uma grande diferença entre a concepção de política de Rémond e a de Hannah Arendt. Na opinião de Rémond (1996b, p. 442-443), com exceção de um núcleo restrito que lhe é inseparável o político não tem fronteiras naturais. “Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo (...) Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político”? Nota-se que o autor considera o totalitarismo e a guerra como momentos máximos da ampliação da fronteira do político. Trata-se, portanto, de uma posição bastante diferente daquela defendida pela pensadora alemã. Como vimos, o sentido da política para Hannah Arendt é indissociável da ideia de liberdade, justamente algo que desapareceu durante os regimes totalitários e as guerras mundiais do século XX. Nesses momentos não havia a menor condição para os homens tomarem as suas decisões mediante palavras e persuasão, como era na polis grega (ARENDR, 1997, p. 35-36), mas somente por intermédio da força e da violência.⁶

Na verdade, pensamos que em cada grande matriz de pensamento é possível encontrar diferenças ou nuances nas abordagens sobre a política. Como já

⁶ Devo a observação sobre essas diferenças entre a concepção de política de Hannah Arendt e a de René Rémond a Márcia Mansor D’Alessio em sua obra *A dimensão política na história*. In: **A história na política, a política na história**. SALES, Cecília Helena de; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (org.). São Paulo: Alameda, 2006.

dissemos antes, mesmo que pretendêssemos não teríamos condições de esgotar todas as linhas desse longo debate nessa comunicação e, certamente, nem mesmo em um livro. Desse modo, para finalizar esse breve painel com as reflexões de alguns pensadores a respeito do tema, gostaríamos de lembrar que após as discussões de Michel Foucault sobre o poder, não existe mais um consenso a respeito da ideia de que ele esteja relacionado somente com o Estado. Foucault (1986, p. 183) disse claramente que “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede.” A seu ver, como muito já se observou, o poder não se localizaria apenas no Estado, no Legislativo, ou na luta de classes, mas circula pelo amor, pela consciência, pelo instinto, pelas cópias heliográficas de projetos de prisões, pelas observações dos médicos, pelas disciplinas como a biologia e a linguística, entre outras. Circula também pelas prisões, pelas escolas, pelas fábricas, pelos aparelhos judiciários, pela família, pelos indivíduos, etc (FOUCAULT, 1986, p. 73-185). Ou seja, na visão do autor o poder circula em muitas outras dimensões das relações sociais, incluindo as relações interpessoais.

Considerações finais. Como se observa nas reflexões dos autores utilizados nesta comunicação, com exceção de Michel Foucault todos os demais, de alguma forma, associam a política e, portanto, o poder com o Estado. Da mesma forma, todos os autores, a seu modo, ressaltam a importância da política. Ainda que Max Weber não descarte a possibilidade de ela ser utilizada para a defesa dos interesses individuais, como não poderia deixar de ser, ele também destaca que a política pode ser utilizada para o bem comum. De todos os autores, todavia, coube à Hannah Arendt resumir em poucas palavras a maior importância da política para a vida em sociedade. Como vimos, na opinião da autora, a tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela assegura um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tal objetivo só pode ser assegurado por um Estado “que possui o monopólio do poder e impede a guerra de todos contra todos” (ARENDR, 1999, p.45-46). Apesar de uma certa idealização da política que subjaz no pensamento de Hannah Arendt, só esse objetivo já justifica

a defesa da política, mesmo num contexto em que ela caiu em profundo descrédito. Ou quem haveria de dizer que o provimento e a defesa da vida não são fundamentais para qualquer sociedade humana?

Nesse sentido, ao analisar a bibliografia utilizada nessa comunicação não é difícil chegar à conclusão de que se a política já não estivesse sido inventada há mais de dois mil anos atrás pelos gregos ela teria que ser inventada na atualidade. Sem ela, como o disse muito bem Hannah Arendt não seria possível convivermos uns com os outros. Mais do que isso, quem iria garantir a vida no sentido mais amplo? Dessa forma, mesmo sem ignorar as discussões sobre a decadência da vida pública, acreditamos que, talvez, o mais correto seja falar em decadência de um modelo de se fazer política, principalmente esse vinculado à democracia representativa moderna com todos os seus problemas. Como se sabe, nos dias atuais, os partidos e os políticos profissionais escolhidos para representar o povo raramente cumprem essa obrigação. Assim sendo, se a democracia representativa quiser sobreviver precisa passar por profundas mudanças, e até mesmo se reinventar. Quanto à política no sentido mais amplo, ela só vai deixar de existir se deixarmos de ser seres civilizados e voltarmos a uma nova espécie de estado natural onde predomine a luta de todos contra todos e a lei dos mais fortes. Desse modo, na linha do pensamento de Hannah Arendt que adotamos como inspiração para refletir sobre essa questão, sociedades em que não existe a política não podem ser chamadas de civilizadas.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 8ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

_____. O que é política? 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: SALES, Cecília Helena de; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico (org.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novas abordagens**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.180-196.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre, Ed. Sulina. 1997.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá: Eduem, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo, Ed., 34. 1996.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996a. p. 13-36.

_____. Do político. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996b. p. 441-450.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WEBER, Max. A política como vocação. In: **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 97-153.